

(Alguns) quadros teóricos da Psicologia Comunitária

ANTÓNIA PRATAS FERNANDES (*)

INTRODUÇÃO

A Psicologia Comunitária nasceu, oficialmente, em Boston nos Estados Unidos em 1965, aquando de um congresso para analisar a formação dos psicólogos para os serviços de *higiene mental*. Se até então, a perspectiva comunitária se identificava, quase exclusivamente, com a higiene mental e a psiquiatria social, a partir desta data individualizou-se a *Psicologia Comunitária* como uma área autónoma e definida como «*uma tentativa para compreender e melhorar a qualidade psicológica das relações homem-ambiente. Não se limita a uma perspectiva de reabilitação individual, mas alarga o campo de interesse da psicologia à promoção da competência e da capacidade das organizações sociais em apoiar os indivíduos*» (Spielberger & Iscoe, 1972: 6).

Um dos factores preponderantes para o nascimento da Psicologia Comunitária foi a insatisfação crescente pelo modo como eram geridos os serviços de higiene mental e de como estes eram distribuídos. Estudos efectuados mostraram o carácter não terapêutico e o clima de violência em torno do doente mental (Stanton & Schwartz,

1954; Goffman, 1961), a desigualdade na distribuição dos serviços e, sobretudo, o tipo de tratamento oferecido, não relacionado com o diagnóstico, mas fortemente correlacionado com a classe social do paciente (Hollingshead & Redlich, 1958).

Outro elemento relevante, de carácter legislativo e financeiro: em 1955 o congresso nomeou uma comissão conjunta para estudar o problema da doença mental e os recursos existentes no âmbito da higiene mental. Em 1962, o relatório final salientou a relevância desta problemática, os limites das modalidades de tratamento, e sublinhou a importância da comunidade como um recurso terapêutico potencial. Em 1963 é aprovada a lei *Community Mental Health Act*, que consignava o princípio da organização territorial dos serviços psiquiátricos, concedendo fundos para a construção de centros de higiene mental.

A ideia de uma intervenção sobre os sistemas sociais, que devem funcionar de modo a que os indivíduos que deles fazem parte vivam experiências positivas, ganha um novo impulso. O interesse deslocou-se dos factores puramente individuais para os socio-económicos e culturais, de metodologias diagnósticas e terapêuticas baseadas no modelo intrapsíquico para metodologias baseadas em modelos relacionais, comportamentais, humanísticos e sócio-ambientais, salientando a necessidade de prestar uma maior

(*) Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Beja.

atenção aos problemas da prevenção e à elaboração de novas estratégias de intervenção, esta é uma das questões centrais da psicologia comunitária: como efectuar mudanças nas instituições sociais de modo a que respondam melhor às necessidades dos indivíduos singulares que as compõem.

QUADROS TEÓRICOS DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

A Psicologia Comunitária tem como originalidade um modelo teórico «confuso». Porque nunca foi elaborado um modelo teórico próprio, a sua orientação é fundamentalmente prática, identificando-se como psicologia social aplicada. No entanto, é completamente errado supor ou pensar que a sua prática não se baseia em princípios teóricos precisos. De facto, as suas referências teóricas são provenientes de diversos modelos teóricos, que se completam e tornam possível a compreensão do objecto de estudo da psicologia comunitária – a COMUNIDADE.

Para melhor compreender as múltiplas perspectivas às quais a psicologia da comunidade faz referência, é necessário definir o termo comunidade:

«... a comunidade é aquele tipo de ambiente, de campo psicológico e social no interno do qual somos capazes de desenvolver um sentido de pertença, uma vivência de mútua partilha, uma possibilidade de relação com outras pessoas» (Francescato, 1988: 33).

Por sua vez, Contessa (1981) individualiza três conceitos de comunidade:

- Espaço territorial;
- Características sociológicas;
- Unidade psicológica.

Para que se possa falar de comunidade, é necessário um espaço, um ambiente e um território onde existam os mesmos indivíduos e grupos, com uma identidade comum, i.e., a comunidade é uma unidade psico-sócio-territorial mínima, no interno da qual se desenvolvem relações significativas.

Segundo Aldelson (1986) o termo «comunidade» compreende cinco aspectos ou definições interrelacionadas:

1. A comunidade como grupo em que há uma intensa e íntima partilha de ideias e de sentimentos;
2. A comunidade como um lugar no tempo e no espaço;
3. A comunidade como pertença cultural e destino partilhado;
4. A comunidade como «sistema de sistemas»;
5. A comunidade como *civitas*, com os respectivos direitos e deveres dos cidadãos.

Com a definição do termo «comunidade» apercebemo-nos da complexidade do seu modelo teórico. Este termo – comunidade – tem raízes em disciplinas e perspectivas diversas, que vão desde o estudo psicológico, à teoria dos sistemas, à antropologia cultural e à sociologia. Não obstante este facto, a psicologia comunitária não deixa de ser uma perspectiva inovadora e peculiar, caracterizada por um conjunto de objectivos e valores, de modelos explicativos e de estratégias de intervenção.

As metodologias e estratégias utilizadas na psicologia comunitária permitem a análise das necessidades, as percepções e representações sociais das pessoas num determinado sistema e individualizar as características dos *settings* ambientais e organizacionais.

A psicologia comunitária dá particular atenção à não separação entre aquisição do conhecimento e acção de transformação da realidade social, herdando o modelo de Kurt Lewin.

Outro conceito importante, herdado da psicologia social, é a concepção do Homem como «entidade em relação», unidade de uma rede de relações interpessoais. Da obra de Lewin e dos seus colaboradores, a psicologia comunitária integrou os conceitos de:

- «campo psicológico» como totalidade interactiva unitária de forças ambientais e individuais;
- a «investigação-acção» («cada investigação que, para lá da metodologia específica utilizada, entenda recolher conhecimentos, estimular e verificar as actuações de programas de intervenção no interno de organizações, serviços ou comunidades territoriais» – Francescato, 1988: 63);
- o interesse pelas relações interculturais;
- e a atenção aos climas organizacionais.

Da teoria geral dos sistemas, utiliza o conceito de «sistema aberto», que é definido por Buckley (1967) como uma unidade complexa organizada, que compreende as interações das suas partes componentes interdependentes e a sua relação com o ambiente. Ou seja, o sistema é diferente da soma das partes, e a sua organização é o modo como as suas componentes se relacionam entre si.

É com base no conceito de «sistema aberto» que a psicologia comunitária utiliza a expressão «sistema social», referindo-se a uma globalidade de relações interactivas entre pessoas, consideradas como unidade do sistema em interdependência. Para melhor compreender este conceito, é necessário ter em consideração as propriedades fundamentais do «sistema aberto» descritas por Watzlawick (1967):

- TOTALIDADE: característica da globalidade e não da soma do sistema;
- RETROACÇÃO: o carácter circular dos sistemas interactivos;
- EQUIFINALIDADE: os resultados não dependem tanto das condições iniciais, mas da natureza do processo e dos parâmetros do sistema, i.e., não só as condições iniciais diversas podem produzir o mesmo resultado final, mas resultados diversos podem ser produzidos pelas mesmas «causas».

Assim, a comunidade configura-se como uma rede de sistemas em relação entre si.

A perspectiva ecológica fornece um quadro de referência dinâmico para analisar as mudanças nos termos dos *settings* particulares nos quais acontecem (Mills & Kelly, 1972). De facto, o ambiente (*setting*) não é só um cenário estático do comportamento individual, é um fluxo global contínuo, que fornece o contexto onde se observa o comportamento, Kelly (1968; 1972) propõe quatro princípios, derivados da ecologia, como guião para planificar as intervenções na comunidade:

1. A INTERDEPENDÊNCIA: a mudança de um componente num ecossistema produz mudanças em todos os outros componentes.
2. O CICLICIDADE DOS RECURSOS: analisar o modo como os recursos humanos, tecnológicos e económicos são distribuídos, utilizados e transferidos.

3. A ADAPTAÇÃO: «o processo pelo qual os organismos variam os seus hábitos ou características para fazer face aos condicionamentos e às transformações ambientais» (Levine & Perkins, 1987: 82).
4. A SUCESSÃO: as propriedades dinâmicas do ambiente social e a necessidade de conhecer quais são as direcções das mutações em curso.

Assumidos no seu conjunto, estes quatro princípios permitem descodificar os mecanismos de influência recíproca entre ambiente, grupos e indivíduo.

A psicologia ambiental e a perspectiva sócio-ambiental foram importantes para a psicologia comunitária, ao proporem a análise do impacto dos ambientes físicos e sociais no indivíduo. Foi Barker (1968), aluno e colega de Lewin, a formular o conceito de «*behavior setting*» como entidade ambiental mínima em que actuam comportamentos intencionais significativos. Mostrou como o significado social do *setting* integra um sistema ordenado dos comportamentos singulares, pelo menos na maior parte dos casos.

Por sua vez, Wicker (1979), em alguns estudos, verificou que o ponto crucial não é a dimensão do *setting*, nem o número de pessoas, mas sim a propagação entre estes três factores:

1. O número de pessoas que desejam participar activamente no *setting*;
2. A capacidade do *setting* em atribuir papéis e incluir participantes;
3. O número mínimo de pessoas necessárias para manter o *setting*.

Um *setting* é «subdimensionado» quando a quantidade de pessoas que ali se encontram é insuficiente para geri-lo; e «sobredimensionado» quando existem demasiadas pessoas para os papéis e as funções que é possível distribuir no *setting*. No segundo caso, é favorecida a competitividade para as funções de maior prestígio, mas simultaneamente, pode criar uma certa desmotivação e apatia nos níveis mais baixos; no primeiro caso, é estimulada a cooperação.

Com a psicologia humanística de autores como Rogers, Maslow e Perls, a psicologia comunitária partilha a ênfase que dá aos aspectos positivos do indivíduo e às suas potencialidades, trabalhando sobre estes e não sobre as disfun-

ções e os distúrbios. Daí surgiram estratégias e metodologias que promovem as capacidades de *coping* dos indivíduos, reforçando as competências de pessoas-chave (importantes), e indivíduos não profissionais, para suporte aos grupos espontâneos e de auto-ajuda presentes na comunidade.

Levine e Perkins (1987), puseram em evidência o carácter reformador e inovador da psicologia comunitária, bem como a necessidade de desenvolver metodologias de investigação e bases conceptuais mais rigorosas, sem as quais será difícil atingir mudanças sociais positivas.

Um dos autores que contribuiu para a clarificação do quadro teórico desta disciplina foi Murrell (1973), o qual sustenta que a psicologia comunitária é um novo ramo de psicologia aplicada, dotado de «consciência social» e orientado para a mudança dos sistemas sociais que influenciam o comportamento individual.

Observa que o termo «comunidade» em psicologia comunitária não se refere ao estudo da comunidade enquanto entidade específica, mas à prática de estudar as relações entre o indivíduo e as suas instituições sociais na comunidade. O *setting* apropriado para esta perspectiva é, portanto, o ambiente natural da comunidade, mais do que o laboratório experimental ou o gabinete de psicoterapia.

Murrell (1973) sustenta que a personalidade é uma função de transição activa entre o indivíduo e o ambiente, em que o indivíduo não só reage como também age sobre o ambiente (ele parte do conceito de «homem complexo»). Definindo a psicologia comunitária como «*área da psicologia que estuda as transições entre redes de sistemas sociais, populações e indivíduos; que desenvolve e avalia métodos de intervenção que melhoram os mecanismos de adaptação pessoa-ambiente, que planifica e avalia novos sistemas sociais; e que este conhecimento e mudança procura aumentar as oportunidades psicossociais do indivíduo*» (op. cit.: 23). Dado que cada indivíduo pertence a mais de um sistema, Murrell (1983) utiliza o conceito de acomodação intersistémica para referir-se ao grau de compatibilidade entre os diversos sistemas sociais no interagir com o indivíduo. Este conceito descreve os efeitos da rede de sistemas sobre o indivíduo.

Murrell, com base nesta conceptualização psicológica, procura oferecer instrumentos idóneos

que descrevam os diversos níveis sociais (indivíduo; pequeno grupo; sistema; redes de sistemas). Com tal propósito, introduz conceitos provenientes seja da psicologia ecológica, seja da teoria geral dos sistemas. Assim, será possível analisar variáveis como a distribuição do poder decisional, o clima organizacional ou o tipo de comunicação que caracteriza um certo sistema (a unidade de força ambiental) típica de um determinado *setting* de grupo.

A finalidade principal desta análise é recolher os aspectos de complementaridade e congruência, ou a discrepância e conflito, nas transacções entre diversos níveis sociais. O exame de tais transacções permite planificar e realizar intervenções mais idóneas para melhorar o acordo psicossocial.

O autor descreve seis níveis de intervenção, que variam pela sua amplitude e complexidade:

1. REINSERÇÃO INDIVIDUAL: nenhum indivíduo pode inserir-se harmoniosamente em todos os sistemas sociais, e nenhum sistema social pode facilitar a gestão dos problemas de todos os indivíduos; deve efectuar-se quando a interacção entre o indivíduo e o seu sistema é de tal modo incompatível (ao ponto de não se prever melhorias para ambos), que pode ser aconselhável a colocação do indivíduo num outro sistema. Por exemplo, a entrega de uma criança a «novos» pais se os naturais não são capazes de tomar conta dela.
2. INTERVENÇÕES SOBRE O INDIVÍDUO: o objectivo é mudar ou desenvolver os recursos ou as estratégias da pessoa, para que possa inserir-se melhor no sistema. A intervenção sobre a pessoa pode ser válida se concebida no interior de um plano mais amplo, em que a relação indivíduo-sistema é analisado como uma troca recíproca, e são previstas também fases de intervenção sobre grupos, estruturas organizacionais ou sobre o ambiente.
3. INTERVENÇÃO SOBRE A POPULAÇÃO: a estratégia consiste em incrementar os recursos de uma população ou de um grupo de «risco»; através, p. ex., de programas de preparação para a crise ou intervenções de formação de grupo.
4. INTERVENÇÕES SOBRE O SISTEMA

SOCIAL: trata-se de operar mudanças estruturais e funcionais sobre os sistemas, de modo a que facilitem melhoramentos na gestão dos problemas dos indivíduos.

5. INTERVENÇÕES INTERSISTEMAS: a acção é directa sobre mais sistemas, entre os quais se procura criar uma melhor coordenação e uma ligação mais funcional.
6. INTERVENÇÃO SOBRE TODA A REDE SOCIAL: programas dirigidos à comunidade de no seu conjunto.

A obra de Murrell é uma referência teórica fundamental na psicologia comunitária pelas variáveis específicas propostas, bem como pela clareza das linhas metodológicas e a visão complementar e interactiva da realidade social.

CONCLUSÃO

Um dos aspectos importantes da psicologia comunitária é a sua evolução no tempo.

Se, no início, a psicologia comunitária trata da problemática institucional dos doentes psiquiátricos, hoje trabalha com áreas mais amplas, como as escolas, as empresas, etc. Podemos afirmar que inicialmente a intervenção se centrava na prevenção terciária (a cura e a reabilitação) e na prevenção secundária (complexo de actividades que permitem individualizar os sintomas iniciais de uma doença, através do diagnóstico e da cura precoce).

Actualmente, as suas preocupações são sobretudo ao nível da prevenção primária (o conjunto de intervenções dirigidas a impedir o surgimento de doenças latentes no Homem são, ou de situações sociais capazes de perturbar o equilíbrio psicológico e a condição social de um indivíduo).

Podemos afirmar que se, num primeiro momento, a psicologia comunitária criou estruturas para ajudar a comunidade com necessidades sociais, num segundo momento, criou instrumentos que ajudaram a mesma comunidade a combater as suas dificuldades. Este período caracteriza-se por uma maior preocupação teórica e metodológica; e pela participação dos elementos da comunidade na actividade que diz respeito à resolução dos seus problemas.

É, no entanto, importante referir que actual-

mente integra estes dois momentos, i.e., por um lado cria as estruturas e, por outro, os instrumentos de intervenção que ajudam a mesma comunidade. Tudo isto faz com que seja difícil definir o papel do psicólogo comunitário, e compreender de modo claro o âmbito desta disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alderson, D. (1986). Self-reconstruction and social reconstructions as two aspects of the same process. A paradigm for theory, research and action in community psychology. *The Community Psychologist*, 20 (1), 35-66.
- Barker, R. G. (1968). *Ecological psychology*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Buckley, W. (1967). *Sociology and modern systems theory*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall.
- Contessa, G. (1981). Dalla psicologia del lavoro alla psicologia di comunità. In G. Contessa, & M. Sberna (org.), *Per una psicologia di comunità*. Milano: CLUED.
- Francescato, D., & Ghirelli, G. (1988). *Fondamenti di psicologia di comunità*. Roma: NSI.
- Goffman, E. (1961). *Asylums*. New York: Garden City, Anchor.
- Hollingshead, A. B., & Redlich, F. C. (1958). *Social classes and mental illness*. New York: Wiley.
- Kelly, J. G. (1968). Toward an ecological conception of preventive interventions. *American Psychologist*, 21, 535-539.
- Levine, M., & Perkins, D. V. (1987). *Principles of community psychology*. New York: Oxford University Press.
- Mills, R. C., & Kelly, J. G. (1972). Cultural adaptation and ecological analogies: analysis of three Mexican villages. In S. E. Golann, & C. Eisdorfer (org.), *Handbook of community mental health*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Murrell, S. (1973). *Community psychology and social systems*. New York: Behavioral Publications.
- Murrell, S., & Norris, F. (1983). Quality of life as the criterion for need assessment and community psychology. *Journal of Community Psychology*, 11, 88-97.
- Spielberger, C., & Iscoe, I. (1972). Graduate education in community psychology. In S. E. Golann, & C. Eisdorfer (org.), *Handbook of community mental health*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Stanton, A. H., & Schwartz, M. S. (1954). *The mental hospital*. New York: Basic Books.
- Watzlawick, P., Beavin, J., & Jackson, D. (1967). *Pragmatics of human communication*. New York: Norton.

Wickler, A. W. (1979). Ecological psychology: some recent and prospective developments. *American Psychologist*, 34, 38-39.

RESUMO

A Psicologia Comunitária é uma área da psicologia aplicada de origem relativamente recente, que se desenvolveu a partir de situações concretas do quotidiano. O seu campo de acção vai desde o tratamento à prevenção; do indivíduo à comunidade, e incluiu as metodologias de intervenção orientadas para a promoção de comunidades «competentes».

Neste artigo procuramos referir, muito sucintamente, alguns dos contributos teóricos importantes para a Psicologia Comunitária.

Palavras-chave: Comunidade, investigação-acção, intervenção.

ABSTRACT

Community Psychology is a branch of Applied Psychology and it is a recent area of investigation. Its development has been based on real situations from everyday life.

The field of Community Psychology ranges from prevention to treatment. It includes the relationship between the individual and his community and the methodologies of intervention, in an attempt to promote «qualified» communities.

Some of the most relevant theoretical works Community Psychology must consider are also mentioned in this article.

Key words: Community, action-research, intervention.